



Senado incentiva município a valorizar idoso

Subcomissão do Idoso, presidida por Sérgio Cabral, lançou ontem o programa Cidade Amiga da Terceira Idade. Além de autoridades, participaram da solenidade atores do elenco da novela *Mulheres Apaixonadas*, da Rede Globo, que aborda a questão

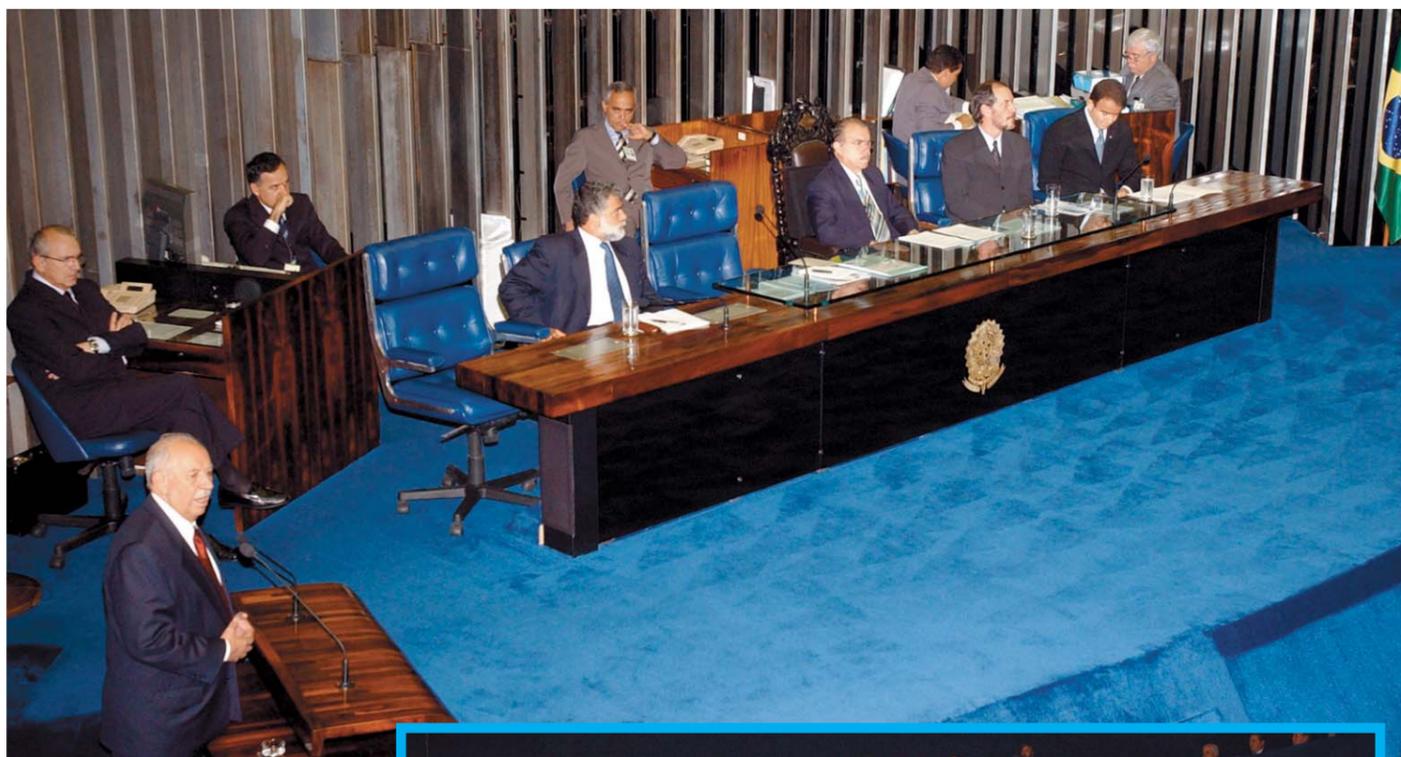
Página 7



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano IX - Nº 1.777 - Brasília, sexta-feira, 5 de setembro de 2003

Senadores debatem com Alencar transposição do Rio São Francisco



Rousselle Pinheiro

■ Vice-presidente da República coordena grupo interministerial encarregado de estudar o projeto

O Plenário do Senado debateu ontem com o vice-presidente da República, José Alencar, o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Alencar, que coordena o grupo interministerial encarregado do assunto, fez uma exposição sobre os planos do governo, respondeu perguntas dos senadores e garantiu que o empreendimento não é apenas um sonho.

Páginas 4 a 6

Previdência: Paim apresenta 13 emendas

O senador Paulo Paim foi o primeiro petista a apresentar emendas ao texto da reforma da Previdência. Ele quer evitar a taxaço de inativos, manter a integralidade para os atuais servidores e alterar as regras de transição.

Página 7

Ministro não vê indício de sabotagem em Alcântara

Em audiência conjunta de três comissões do Senado, ministro da Defesa, José Viegas Filho, diz que hipótese de sabotagem no Centro de Lançamento não está descartada, mas é a mais remota.

Página 3



Márcio Kolumbe

EM DISCUSSÃO José Alencar apresentou o projeto de transposição do São Francisco e foi questionado pelos senadores sobre a sobrevivência do rio, custos envolvidos e viabilidade técnica

Valmir: punição para agressores de mulheres

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) defendeu uma política pública voltada diretamente ao combate à violência contra a mulher, com medidas concretas e urgentes de repressão. Ele informou, com base em informações contidas em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), que 7 milhões de mulheres brasileiras se declararam vítimas de violência doméstica.

Jaine de Araújo



Valmir Amaral cobra política repressiva

– O país não admite mais uma realidade social em que a punição dos agressores de mulheres é deploravelmente branda – disse o senador, acrescentando que o governo Lula pretende debater com a sociedade uma legislação de repressão aos crimes contra a mulher.

Errata

Diferentemente do que relatou matéria veiculada pela Agência Senado, o Ciclo de Conferências 2003, que na quarta-feira realizou palestra sobre gestão da informação e do conhecimento, foi organizado pela Secretaria de Informação e Documentação, com o apoio do Interlegis e a colaboração da Secretaria de Comunicação Social. Há quatro anos a Secretaria de Informação e Documentação realiza ciclos de conferências.

Agenda



Sessão plenária tem início às 9h

O Senado realiza sessão não deliberativa hoje, às 9h, e segunda-feira, às 14h30. Os trabalhos serão dedicados a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamen-

tares. Na terça-feira poderá ser votado o Projeto de Lei de Conversão nº 23/03, que regulamenta o mercado de medicamentos e define normas para o setor farmacêutico.

Fagote é destaque na TV Senado

O programa *Conversa de Música*, exibido pela TV Senado hoje, às 21h30, mostra o som singular do fagote, instrumento de sopro presente em grandes orquestras,

mas apresentado no programa como solista. O fagotista Gustavo Koberstein conversa com o pianista André Tribuzy sobre sua opção pelo instrumento e suas obras.



Exposição lembra golpe que derrubou Allende



Será aberta segunda-feira, no Senado Galeria, a exposição de fotografias "Allende: esse golpe faz 30 anos", de iniciativa do senador João Capiberibe (PSB-AP), para lembrar os 30 anos do golpe que culminou com o suicídio do

presidente socialista Salvador Allende (foto), e instalou a ditadura do general Augusto Pinochet no Chile. Na quinta-feira, às 11h, na data de sua morte, Allende será homenageado com sessão especial em Plenário.

X-Men 2 será exibido hoje ao meio-dia

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, exibe hoje o filme *X-Men 2*, adaptação cinematográfica dos quadrinhos da Marvel, com direção de Bryan Singer. As sessões de cinema, que ocorrem sempre às sextas-feiras ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella, têm entrada franca.



Comissão examina indicação para o DNIT

Presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Infra-Estrutura (CI) se reúne na próxima terça-feira para examinar a indicação de Carlos Alberto Cotta para exercer o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). O colegiado, que também deve votar proposições, se reúne às 14h.

Legislativo e sociedade

Nas próximas segunda e terça-feira, no auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados, ocorre o seminário "Exercício de Cidadania Política junto ao Poder Legislativo", com o objetivo de promover as Comissões de Participação Legislativa (CPL) criadas nos últimos dois anos no Congresso Nacional e em algumas assembleias estaduais.

CAE pode votar subsídio

O Projeto de Lei do Senado nº 220/03, que cria o Programa de Subsídio Habitacional para policiais civis e militares, pode ser votado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prevista para a próxima terça-feira, às 10h. A CAE é presidida por Ramez Tebet (PMDB-MS). Caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a decisão terminativa do projeto.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Geraldo Magela

REPÚDIO Liminar que suspende indicação para o TCU é "inaceitável", afirma Sarney

Sarney condena interferência no Senado

Indagado sobre medida liminar concedida por juiz da 21ª Vara da Justiça Federal de Brasília que suspende a indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), o presidente do Senado, José Sarney, disse que a Casa não pode aceitar a interferência de nenhum Poder no seu funcionamento. A nomeação já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e ainda depende de deliberação do Plenário.

Sob o ponto de vista da harmonia entre os Poderes e da legalidade da nomeação, Sarney considerou a liminar "uma decisão esdrúxula e inaceitável". No seu entender, cabe ao Judiciário cuidar para que fatos dessa natureza não ocorram. O presidente do Senado enviou o assunto ao exame da assessoria jurídica da Casa.

Prerrogativas

Sarney considerou inaceitável um juiz singular querer interferir na tramitação de matéria no Senado. Ele explicou que "isso não importa, de nenhuma maneira, no exame do mérito do caso, mas na defesa das prerrogativas da instituição".

A indagação sobre o recurso cabível contra a decisão do juiz, que concedeu a liminar em ação popular movida contra a nomeação, Sarney respondeu que há, no Judiciário, tribunais capazes de derrubar imediatamente a liminar.

– Além de ser uma decisão inconstitucional é, de certo modo, um desacato ao Poder Legislativo – disse o presidente do Senado. Ele explicou que o mérito da nomeação é um assunto que cabe ao Senado examinar e que a Casa o analisará, "ponderando aspectos da questão e as reações na sociedade".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

ALCÂNTARA José Viegas Filho e Roberto Amaral, acompanhados de outras autoridades, falam em audiência pública promovida por três comissões do Senado sobre o desastre com foguete na base aeroespacial

Ministro não acredita na tese de sabotagem

Viegas diz que foram adotadas precauções para impedir o risco de qualquer interferência eletromagnética

A hipótese de sabotagem não está descartada, mas é a mais remota na linha das investigações para identificar as causas da explosão no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, em agosto passado, quando morreram 21 técnicos e especialistas espaciais. A informação foi prestada por autoridades que participaram ontem de reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Educação (CE) e de Fiscalização e Controle (CFC).

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, afirmou, em res-



DEBATE Audiência sobre o programa espacial foi promovida pelas Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Fiscalização e Controle

posta ao senador Hélio Costa (PMDB-MG) – autor de um dos requerimentos para a audiência pública e primeiro a levantar a possibilidade de sabotagem –, que o governo tomou precauções e adotou medidas

de segurança para evitar qualquer interferência eletromagnética.

– Temos a obrigação de investigar a hipótese de sabotagem, mas não temos indícios que nos permitam apontar a proba-

bilidade dessa causa – declarou Viegas.

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, disse que o governo não descartava totalmente a hipótese, mesmo antes do acidente. Prova dessa preocupação, frisou, foram as medidas de salvaguardas adotadas no período que antecedeu a explosão. Havia monitoramento das embarcações estrangeiras, o avião R-99 da Embraer sobrevoava o sítio das operações, e unidades do Exército faziam escuta e observação do Veículo Lançador de Saté-

tes (VLS), o foguete que explodiu. Ele disse que nem a data do lançamento foi anunciada.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, apesar de o governo não trabalhar com a hipótese de sabotagem, essa possibilidade deveria ser examinada. Simon assinalou ainda que o Congresso quer ajudar nas apurações.

Já o senador Hélio Costa aventou a hipótese de ter ocorrido alguma interferência eletrônica – pela inoculação de um vírus de computador nos programas do Centro de Lançamento – capaz de acionar o comando de disparo dos foguetes.

Em resposta, o diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), major-brigadeiro-do-ar Tiago da Silva Ribeiro, esclareceu que o sistema operacional do projeto não tem ligação com a Internet.

Novos testes só após laudo sobre explosão

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, afirmou ontem aos senadores, durante a audiência pública, que, conforme orientação do governo, enquanto não forem concluídas as apurações sobre a explosão do Veículo Lançador de Satélites (VLS), não serão iniciadas novas operações na base de Alcântara.

Roberto Amaral disse que, se preciso, o prazo de um mês estabelecido pelo governo para emissão de laudo sobre as causas da explosão poderá ser prorrogado por mais dez ou 20 dias. O Congresso Nacional conhecerá o laudo imediatamente após sua conclusão, garantiu.

Roberto Amaral informou ainda, em resposta ao senador Gerson Camata (PMDB-ES), autor de um dos requerimentos para realização da audiência pública, que o Brasil possui cinco satélites e pretende lançar o sexto, em um prazo médio de três anos.

Acompanham os trabalhos de apuração, segundo informou o ministro da Defesa, José Viegas Filho, representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Sociedade Brasileira de Física (ABF).

Senadores querem maior participação nas questões relacionadas ao programa

Alguns senadores querem que o Senado Federal acompanhe de perto as investigações sobre o acidente no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), outros pretendem defender mais recursos para o programa aeroespacial, e todos concordam com a idéia de que o Congresso deverá participar mais ativamente das questões que envolvem o projeto.

As manifestações foram feitas durante a audiência pública das Comissões de Educação (CE), Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e Fiscalização e Controle (CFC) em que foi discutido com autoridades o problema da explosão em Alcântara.

A principal dificuldade do programa aeroespacial brasileiro, segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, é a carência de recursos. Ele informou, em resposta à senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que estão previstos R\$ 47 milhões para o setor em 2004, quando seriam necessários mais R\$ 130 milhões.

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, advertiu que o valor não será realmente suficien-



RECURSOS Roseana Sarney indagou de Viegas sobre verbas destinadas ao projeto aeroespacial

te, pois foi definido antes do acidente em Alcântara. Viegas explicou que, além do dinheiro necessário para a recuperação dos equipamentos e de seleção e treinamento de novos técnicos e especialistas, serão consumidos cerca de R\$ 30 milhões para a reconstrução da torre de lançamento.

A destinação de poucos recursos para o programa aeroespacial brasileiro foi criticada pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR), que se comprometeu a defender, no Senado, mais apoio ao projeto. Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que ficará atento ao montante que o Plano Plurianual (PPA) destinará

ao programa aeroespacial.

João Capiberibe (PSB-AP) reclamou do insuficiente retorno financeiro que recebe a população da Ilha de Alcântara, mesmo sediando projeto tão relevante para o

país. Para ele, a implantação do programa acarretou prejuízos e provocou injustiças sociais, especialmente com os pescadores, que foram deslocados em função da base aérea.

Segundo o ministro Roberto Amaral, o governo está ciente das dificuldades e não se omitirá nas soluções, informando que as discussões sobre a posse dos terrenos desapropriados está na Justiça. Em resposta a Almeida Lima, declarou que o problema relacionado à posse das terras no município de Alcântara é um dos muitos que afetam a base espacial no Maranhão, todos herdados dos governos anteriores.

Projeto é prioritário, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem o prosseguimento do programa espacial brasileiro, após receber, em seu gabinete, os ministros José Viegas Filho, da Defesa, e Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia. Ambos lhe asseguraram a disposição do governo federal em manter o programa, apesar do acidente ocorrido na base de lançamento de Alcântara (MA).

– Existe uma consciência hoje de que nós temos que tratar o problema tecnológico espacial como prioridade para o país. O acidente que tivemos em Alcântara foi uma coisa trágica que mostrou ao país que nós podemos investir mais nesse setor – afirmou Sarney.

Viegas Filho observou que é “uma obrigação indeclinável do governo” apurar as causas do acidente. “Queremos efetivamente identificar as causas, para poder retomar nosso caminho com vigor redobrado – disse o ministro, que confirmou a necessidade de, numa próxima etapa, governo e Senado decidirem sobre novos investimentos para a reconstrução da torre em Alcântara, a recuperação de recursos humanos e a reposição do material danificado.



O vice-presidente da República, José Alencar, expôs aos senadores as linhas mestras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o semi-árido do Nordeste. O projeto está orçado em US\$ 6,5 bilhões, e Alencar, que coordena o grupo interministerial encarregado de estudar o assunto, afirmou não se tratar de uma idéia inviável

Alencar expõe plano para o Rio São Francisco

Em sessão especial dirigida pelo presidente do Senado, José Sarney, com a presença do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e de grande número de senadores, o vice-presidente da República, José Alencar, expôs ontem em Plenário as linhas mestras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o semi-árido do Nordeste, região em que as secas periódicas causam prejuízos econômicos e graves problemas sociais. O projeto está orçado em US\$ 6,5 bilhões.

Segundo Alencar, não se trata de sonho nem de um projeto impossível. Ele explicou que a comissão interministerial que preside detalhou as várias etapas do projeto: revitalização do Rio São Francisco, transposição de águas do Rio Tocantins para aumentar a vazão do Velho Chico, obras estruturais conjugadas com canais de grande porte, incluindo construção de barragens em cascata, de hidrelétricas e estações de bombeamento.

Para facilitar o entendimento, foi exibido um vídeo com explicações técnicas, mapas, detalhamento de custos e descrição de projetos de transposição de águas no Peru, Equador, Egito, China, Espanha, Lesoto (África) e no estado do Arizona, nos Estados Unidos.



De acordo com o vice-presidente, uma das maiores preocupações dos técnicos que elaboram o projeto diz respeito ao impacto ambiental. Para responder aos que consideram o empreendimento muito caro, Alencar exibiu números relativos aos custos da última seca na região, nos anos de 1997 a 1999, calculados em US\$ 4 bilhões, entre prejuízos econômicos e atendimento às populações atingidas.

O Brasil de hoje, frisou Alencar, precisa das obras previstas no projeto para atender às necessidades de consumo de água de 18 milhões de pessoas, além de implementar ações de educação, saúde e saneamento básico em 500 municípios banhados pelo Rio São Francisco.

O vice-presidente ressaltou ainda que o projeto proporcionará bases para a agricultura irrigada e a industrialização, atividades concretas que fixarão as populações na região com qualidade de vida. Ele garantiu que o projeto deverá englobar as várias iniciativas estaduais de revitalização do rio e promoverá melhorias concretas em todos os estados da região: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Durante a fase de implantação, o Projeto São Francisco gerará 25 mil empregos diretos e 75 mil indiretos, informou Alencar.

FERNANDO BEZERRA



Sonho de todos os nordestinos pode se realizar

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) disse que a habilidade do vice-presidente José Alencar, coordenador do grupo interministerial sobre a transposição das águas do Rio São Francisco, poderá finalmente realizar o sonho dos nordestinos. Quando ministro da Integração Nacional, Bezerra desengavetou a idéia de transposição do rio.

O senador perguntou se não seria possível também dar continuidade ao eixo leste, para levar água à população da Paraíba e Pernambuco. Alencar garantiu que, após o relatório final ser levado ao presidente Lula, todos os subprojetos incluídos poderão ser licitados.

ROBERTO SATURNINO

Transposição é o maior projeto do governo Lula

Os estudos sobre a revitalização e a transposição das águas do São Francisco dão a certeza de que o projeto não é mais um devaneio, mas uma realidade, afirmou o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) durante a audiência com o vice-presidente José Alencar.

Na avaliação do senador, a transposição terá impacto fundamental na redução das desigualdades regionais e efeitos positivos para o desenvolvimento do Nordeste.

– Esse é o maior projeto do governo Lula, um projeto genuinamente brasileiro que vai atender a parte mais carente do país – disse o senador Roberto Saturnino.



ALMEIDA LIMA



Revitalização deve ser a prioridade

O senador Almeida Lima (PDT-SE) defendeu a revitalização do Rio São Francisco sem o início do projeto de transposição por pelo menos quatro anos. Segundo o senador, a situação atual do rio “dá pena”. Ele também protestou pelo tratamento que estaria sendo dado a Sergipe no Programa São Francisco, conduzido pelo governo federal.

José Alencar garantiu que Sergipe está participando da discussão e disse não concordar com a proposta de primeiro promover a revitalização.

– Uma coisa não depende da outra. A revitalização não é projeto com prazo para início e fim – frisou o vice-presidente.

PEDRO SIMON

Primeira tarefa é conciliar os interesses

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a primeira missão de José Alencar visando à transposição das águas do Rio São Francisco será conciliar os interesses dos estados que cederão e os dos que receberão as águas. O que é uma maravilha para uns aparenta não ser para outros, observou.

– Se alguns estados vêm a transposição como uma chance de avançar, outros encaram o projeto temerosos pela sobrevivência do próprio rio – comentou Simon.

Ele disse acreditar, porém, que a iniciativa pode dar certo, e que José Alencar é a pessoa mais indicada para tocar o projeto de transposição.



MARCELO CRIVELLA



Missão pode ser comparada às de Rondon e Caxias

Durante a exposição de José Alencar sobre a transposição das águas do Rio São Francisco, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) comparou a missão do vice-presidente ao trabalho desenvolvido pelo marechal Cândido Rondon e pelo Duque de Caxias. Crivella lembrou do tempo em que morou no sertão da Bahia, e afirmou que nem sempre a oferta de água é fator suficiente para a superação da miséria.

Segundo o senador, a água do rio chega às vezes a banhar o município, mas o quadro de miséria persiste. Diante disso, ele apelou por investimentos em órgãos de desenvolvimento regional.

TASSO JEREISSATI

Um marco importante para o Nordeste

O governo do presidente Lula deu passo importante ao priorizar o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Na audiência pública com o vice-presidente, José Alencar, o senador lembrou seu papel de oposição, mas afirmou que é preciso reconhecer a obra como um marco importante, principalmente para os nordestinos.

Jereissati quis saber qual a expectativa de licitação das obras, como a referente ao eixo norte, cujo projeto de engenharia está concluído. Alencar prometeu responder oportunamente e de forma detalhada ao senador.



Durante o debate com o vice-presidente José Alencar, senadores admitem que obra é importante, mas a transposição das águas deve ser antecedida da revitalização do São Francisco, com o desassoreamento do rio, a recuperação das matas ciliares e o tratamento do esgoto sanitário e do acúmulo de lixo



VALADARES



Financiamento se resolve com aprovação de PEC

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse acreditar que o projeto levará em conta a necessidade de revitalização do São Francisco. Para ele, são imprescindíveis obras de desassoreamento e de recuperação das matas ciliares à margem do rio.

O senador afirmou que o problema de financiamento da bacia do São Francisco deve ser resolvido com a aprovação pela Câmara de sua proposta de emenda à Constituição (PEC nº 27/2001), já votada no Senado. Ele defendeu ainda a participação das comunidades ribeirinhas, por meio dos comitês de bacia, nos projetos de desenvolvimento das bacias hidrográficas.

Em resposta a Valadares, o vice-presidente José Alencar revelou que as informações técnicas indicam que a vazão do São Francisco é suficiente para garantir a transposição. "A vazão é a mesma. O que aumentou foi a calha e o rio ficou mais raso", disse.

JOSÉ AGRIPINO

Governo precisa encarar obra como prioridade

Após observar que o projeto de transposição já "atravessa e desafia vários governos", o senador José Agripino (PFL-RN) questionou José Alencar sobre o grau de prioridade que confere à realização da obra. Antes mesmo da resposta, Agripino disse acreditar que esse seria mais "um gol a ser marcado na próspera carreira empresarial e política" do vice-presidente.

Alencar disse que a obra é uma das responsabilidades às quais quer se dedicar. Do contato com técnicos e ambientalistas, o vice-presidente firmou a convicção de que o projeto pode ser viabilizado, desejando agora discuti-lo com as comunidades interessadas.

Quanto aos descrescentes na execução do projeto, Alencar disse que o país perdeu o costume de encarar projetos importantes. "Temos que nos habituar a enfrentar grandes projetos, desde que realizados com probidade e competência, para evitar gastos exagerados", frisou.



GARIBALDI



Valores e prazos ainda não estão definidos

Ao se confessar surpreso com o avançado estágio do programa de transposição, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu a José Alencar que informasse os valores que o governo federal pretende alocar no Orçamento do próximo ano para iniciar a obra e em quanto tempo ela estaria concluída.

Alencar explicou que, como o programa não chegou à fase de detalhamento dos projetos, não é possível especificar valores nem prazos definitivos. Acrescentou que hoje existe um plano global que envolve três programas: revitalização do São Francisco, transposição das águas e distribuição dessa água.

Alencar disse que os US\$ 6,5 bilhões estimados para a execução da obra, se fossem divididos pelos cinco anos previstos para sua execução, significariam um investimento anual de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão – 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

EDUARDO AZEREDO

Revitalização deve vir antes da transposição

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) expressou sua preocupação de que haja a revitalização da bacia do São Francisco antes que suas águas sejam destinadas à transposição. Ele indagou sobre quais garantias o governo poderia oferecer nesse sentido.

José Alencar informou que o projeto deverá ser executado a partir da revitalização do rio, o que envolve o desassoreamento, a recomposição das matas e o tratamento do esgoto sanitário e do acúmulo de lixo.

– Minha preocupação com a revitalização do São Francisco é no sentido de que, no futuro, a água, esse bem cada vez mais valioso, não falte no Brasil – afirmou Azeredo.

Alencar explicou que somente a água liberada pela barragem de Sobradinho – 2.060 m³ por segundo – seria suficiente para suprir os 63 m³ por segundo que o governo pretende levar para as regiões mais secas do Nordeste.



TEOTONIO VILELA



Alagoas deseja planos para recuperar o rio

Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou que os alagoanos não são contrários ao projeto, mas reivindicam planos específicos para combater a "esterilidade" do Rio São Francisco resultante das usinas construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

– Antes dessas usinas, as cheias do rio inundavam as lagoas, os peixes proliferavam, havia produção de arroz nos baixios fertilizados. Agora o rio está limpinho, parece uma piscina, mas isso representou uma catástrofe para todas essas atividades – observou.

Em resposta ao senador, o vice-presidente José Alencar lembrou que os problemas que Alagoas está enfrentando nada têm a ver com o projeto de transposição das águas. Admitiu, porém, que as consequências negativas das hidrelétricas representam um subproduto típico das agressões à natureza promovidas por obras de grande porte.

JOSÉ JORGE

Água não pode ser utilizada para irrigação

O senador José Jorge (PFL-PE) apoiou sem condições a transposição das águas do Rio São Francisco para abastecimento humano, mas manifestou-se totalmente contrário à utilização das águas do rio, para fins de irrigação, em outras bacias hidrográficas. Para ele, os municípios situados na bacia do São Francisco devem ter prioridade no uso de suas águas na agricultura.

José Jorge comentou que seu estado, Pernambuco, tem mais de 400 quilômetros de margens do Rio São Francisco, mas apenas 15 a 20 municípios são abastecidos com suas águas para irrigação de culturas.

Para o parlamentar do PFL, é preciso se realizar um "estudo integral" da bacia do São Francisco para que sejam avaliadas todas as utilizações possíveis de suas águas, seja para abastecimento humano, para irrigação, para produção de energia ou mesmo para navegação.



Idéia vem do século 19, mas primeiros estudos têm apenas 20 anos

O projeto de transposição do Rio São Francisco é discutido desde o século 19, mas foi somente em 1983, no governo do presidente João Figueiredo, que se realizaram os primeiros estudos, a cargo do Departamento Nacional de Obras contras as Secas (Dnocs). A

idéia central do projeto é o bombeamento das águas do Velho Chico para as bacias dos principais rios do norte do semi-árido, o que inclui os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Com isso, espera-se levar água

para as regiões mais afetadas pela estiagem. Segundo o Dnocs, a cada 11 anos há ocorrência de secas parciais ou extremas, que podem se prolongar por até três anos seguidos. O assunto vem sendo discutido por todos os presidentes da

República e governadores de estado da região desde então, mas as polêmicas em torno da obra atrasaram a sua implementação. Uma delas é quanto à produção de energia elétrica. O São Francisco abriga hidrelétricas que abastecem todo o Nordeste e

teme-se que o desvio das águas para outros rios reduza seu potencial gerador. Agora, o governo federal garante que a transposição será feita, e para isso incluiu-a no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período 2004-2007.



A Paraíba está pronta para receber as águas do São Francisco. Alagoas reivindica a recuperação das margens do rio e o saneamento básico nos municípios ribeirinhos. Tocantins oferece seu potencial hídrico para aliviar a sede dos nordestinos. E do Piauí vem a sugestão de se construir uma adutora com 400km de extensão

JOSÉ MARANHÃO



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Paraíba está pronta para receber as águas

O senador José Maranhão (PMDB-PB) manifestou sua convicção de que, com o apoio político do presidente Lula, o projeto do Rio São Francisco se tornará realidade, como sonham os paraibanos há décadas. O que irá alavancar o projeto é a origem do presidente, que conhece, pessoalmente, as dificuldades da seca, afirmou o senador.

José Maranhão disse que a Paraíba está pronta para receber as águas, já tendo construído 14 barragens, 37 quilômetros de canais e 1.200 quilômetros de adutoras. O senador observou ainda que não só os estados nordestinos serão beneficiados, mas todo o Brasil, uma vez que o Tesouro Nacional ficará aliviado do custo das obras de emergência que são feitas sempre que ocorre uma seca.

O vice-presidente José Alencar garantiu que as esperanças da população no projeto não serão frustradas.

HELOÍSA HELENA

Há obras mais importantes a serem realizadas

Antes de ser feita a transposição das águas, o governo deveria fazer "tudo o que pode ser feito" no vale do Rio São Francisco, afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Para ela, já seria "muita ousadia" do governo federal realizar, nos três anos de mandato que lhe restam, tarefas como a recomposição das matas ciliares ou o saneamento de todos os municípios da bacia.

– Imagina que desafio! São 503 municípios. Garantir 100% de saneamento! Dinamizar a economia, gerar emprego e renda – observou a parlamentar, que lembrou também a alta complexidade da recomposição das matas ciliares.

Heloísa disse que nasceu na cidade de Jaciobá – hoje Pão de Açúcar (AL) –, às margens do São Francisco. A seu ver, o rio morreu, não existe mais. "Hoje os meninos usam o leito seco do rio para jogar futebol", afirmou.



ALBERTO SILVA



Grande adutora levaria água por 400km da região

Formado em Engenharia e por duas vezes governador do Piauí, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) se ofereceu para participar do grupo que estuda o projeto de revitalização e transposição do Rio São Francisco. Ele disse que tem uma série de sugestões para levar água à região do semi-árido nordestino. Uma delas seria o aproveitamento da estrutura já existente para a construção de uma adutora com capacidade para levar dez metros cúbicos de água por segundo a uma extensão de 400 quilômetros, a partir do município de São Raimundo Nonato (PI).

– Quem poderia prever que o presidente Lula incluiria essa obra em seu programa de governo? Fui governador e gosto de enfrentar obras difíceis, mas que servem ao povo – afirmou o senador.

QUINTANILHA

Rio Tocantins pode dar a sua contribuição

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) declarou que seu estado se sente satisfeito em poder contribuir com a ampliação da oferta de água à população do Nordeste. E afirmou ver com alegria a coragem cívica e política do vice-presidente José Alencar, coordenador do projeto, em enfrentar esse enorme desafio. Em nome dos demais senadores pelo Tocantins, Quintanilha se disse "exultante com a hipótese de dar essa contribuição à valorosa gente do Nordeste".

Quintanilha afirmou que o Rio Tocantins pode dar grande contribuição para a interligação de bacias hidrográficas e, conseqüentemente, para a melhoria de vida do povo nordestino. As reservas hídricas de seu estado reforçariam o suprimento na geração de energia elétrica na região, liberando as águas do São Francisco para uso humano e na irrigação.



AELTON FREITAS



Lula acertou ao entregar tarefa a José Alencar

O senador Aelton Freitas (PL-MG) manifestou sua confiança na concretização do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Para ele, o governo do presidente Lula acertou em cheio ao dar a coordenação do projeto ao vice-presidente, José Alencar, "homem otimista e realizador". Aelton afirmou conhecer bem o projeto e disse que todos os estados incluídos serão beneficiados de múltiplas maneiras. Para ele, é importante que Alencar explique bem a proposta aos representantes de cada um dos estados, para que todos se convençam da sua viabilidade. Ao responder, José Alencar garantiu que sua paciência era infinita e que não se cansaria de explicar, a todos, os benefícios que o projeto trará para seus respectivos estados.

JOSÉ SARNEY

São Francisco dá exemplo para os brasileiros

Ao final dos debates com José Alencar, o presidente do Senado, José Sarney, manifestou sua certeza de que a presença do vice-presidente no Plenário "foi um dos pontos altos desta sessão legislativa".

Sarney destacou o carinho, o apreço e a atenção com que o vice-presidente foi ouvido durante cinco horas, sublinhando o quanto o debate foi construtivo. Em sua opinião, o que Alencar disse constitui valioso subsídio que vai aprofundar o conhecimento do Parlamento sobre o tema, "que é o de ajudar a resolver o problema da seca do Nordeste e da transposição das águas do Rio São Francisco".

Sarney chegou a dizer que o São Francisco dava uma lição ao país, correndo de uma região rica para uma região pobre. "O Rio São Francisco nos dá um exemplo diário do que devíamos fazer – levar dos ricos para os pobres", afirmou o senador.



Célio Azevedo

RAZÕES Raupp justificou pedido lembrando que as obras constam no PPA

Gasoduto na Amazônia será tema de debate

A Subcomissão Permanente da Amazônia aprovou ontem a realização de audiência pública para discutir o aproveitamento hidroenergético e fluvial do Rio Madeira e a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, ambos em Rondônia. O requerimento solicitando o

debate foi de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), para quem a audiência deverá ser realizada em Porto Velho e, por razões de processo legislativo e economia administrativa, feita em conjunto com a comissão correlata da Câmara dos Deputados.

Raupp lembrou que a construção do gasoduto e o aproveitamento do Rio Madeira terão conseqüências sobre toda a Amazônia. Ele ressaltou que o governo está dando prioridade a esse projeto e o incluiu no Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007.

A subcomissão, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) e conta com sete titulares e sete suplentes, tendo como vice-presidente o senador Moza-rildo Cavalcanti (PPS-RR).

Paim sugere 13 emendas à PEC da Previdência



MUDANÇAS Emendas apresentadas por Paim foram elaboradas em parceria com entidades que reúnem servidores ativos e inativos

■ Senador gaúcho é o primeiro da bancada do PT a propor mudanças na reforma aprovada pela Câmara

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem 13 emendas à reforma da Previdência propondo, entre outras coisas, que o governo não passe a cobrar contribuição previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas. Uma das emendas restabelece a integralidade para os atuais servidores públicos, ou seja, eles receberão depois de apo-

sentados os mesmos aumentos de salário dados aos servidores da ativa, caso a emenda seja aprovada (os deputados aprovaram uma “integralidade parcial”).

Paim é o primeiro senador do PT a apresentar emendas à PEC nº 40/2003 depois que a bancada decidiu que eles também podem propor alterações na reforma previdenciária, desde que votem com o relator, senador Tião Viana (PT-AC), caso o partido feche questão em torno da matéria.

Constam ainda das emendas a elevação de R\$ 2.400 para R\$ 4.800 do valor máximo das aposentadorias do INSS; fim

do redutor de 30% das futuras pensões que passarem de R\$ 2.400; extinção dos redutores para quem antecipar aposentadorias antes dos 60 anos (homem) e 55 anos de idade (mulher); e instituição do que no passado foi chamado de “fórmula 95” – o homem poderá se aposentar desde que sua idade e o tempo de contribuição somem 95 anos (no caso das mulheres, 85 anos).

Outra mudança proposta pelo senador do PT elimina a média de contribuição (inclusive ao INSS) para o cálculo da aposentadoria de futuros servidores públicos, restabelecendo o seu valor integral.

Sarney reafirma soberania do Senado para discutir reforma

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou ontem a soberania da Casa para decidir sobre a reforma da Previdência e disse também que é possível, se houver acordo das lideranças, “fatiar” a matéria, deixando pontos polêmicos para etapa posterior. Mas acentuou que ainda é muito cedo para previsões sobre a tramitação.

– Com acordo de todas as lideranças, nós podemos editar as partes consensuais aprovadas pela Câmara e pelo Senado – afirmou.

Sarney observou que o Senado “tem liberdade absoluta de aprovar na totalidade, modificar ou recusar” qualquer proposta e explicou o papel da Casa no sistema de funcionamento do Legislativo brasileiro. “Esta é uma câmara revisora e grande parte das matérias chega aqui já bastante discutida

pela Câmara dos Deputados”, recordou.

Mais tarde, o presidente do Senado repetiu as observações a uma comissão da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública. O grupo estava acompanhado pelo vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), autor de 13 emendas ao texto, que considerou a audiência “muito positiva, deixando os servidores entusiasmados”, e elogiou a atitude “elegante” de Sarney ao receber a comissão.

Sarney garantiu que vai assegurar “amplo espaço para debate”, inclusive a participação dos representantes dos interessados em audiências públicas nas comissões, e prometeu que a presença dos servidores para acompanhar a tramitação será permitida, “dentro dos limites da Casa para receber pessoas”.



LANÇAMENTO Benedita, Cabral, os atores Regiane Alves e Daniel Zettel e Lúcia Vânia, na solenidade

Programa vai estimular municípios a adotarem políticas para os idosos

O programa Cidade Amiga da Terceira Idade foi lançado ontem pela Subcomissão do Idoso, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O objetivo do projeto é incentivar os municípios a desenvolverem políticas públicas voltadas para os idosos.

A solenidade contou com a participação dos atores da Globo Regiane Alves e Daniel Zettel,

do elenco da novela *Mulheres Apaixonadas*, que aborda problemas vividos por idosos no ambiente familiar. Estavam presentes ainda a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, e o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, além de representantes de diversas prefeituras.

O programa inclui uma pági-

na na Internet por meio da qual as pessoas podem participar como colaboradoras e ainda fazer denúncias contra desrespeito à terceira idade. O presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), disse que o Senado deve aprovar até o final do ano o Estatuto do Idoso, mesma expectativa da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CAS.

JUDICIÁRIO

Senador elogia trabalho do TSE nas eleições

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, e do presidente e do vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministros Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence, do lançamento do *Relatório das Eleições 2002*, no Salão Nobre. A publicação foi editada pelo TSE e impressa pelo Senado.

Sarney ressaltou a transparência

das últimas eleições, garantida pelas urnas eletrônicas, e disse que a informatização foi grande avanço para a consolidação da democracia no país.

– As futuras gerações de cientistas políticos vão se debruçar sobre este livro, que é uma radiografia das primeiras eleições brasileiras totalmente informatizadas. Essa obra vai ficar na nossa história, graças ao trabalho eficiente e exemplar da Justiça Eleitoral, que o

Senado publica, prestando mais um serviço ao povo brasileiro. A Justiça Eleitoral brasileira é exemplar, não só para nós, mas um exemplo para o mundo inteiro – afirmou.

Em seu pronunciamento, Jobim fez uma apresentação do trabalho, que divulga, entre outros assuntos, a legislação sobre propaganda eleitoral e uma análise do desempenho eleitoral dos candidatos e partidos, por base geográfica.



DESEMPENHO Nelson Jobim e Sarney participam, no Salão Nobre, do lançamento de relatório sobre o último pleito, editado pelo tribunal

Aprovado crédito suplementar para educação

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem parecer favorável ao Projeto de Lei nº 29/2003, que abre crédito suplementar no valor de R\$ 269 milhões nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação. A relatora da ma-

téria, deputada Rose de Freitas (PSDB-ES), não aproveitou no parecer nenhuma das 51 emendas apresentadas.

A comissão aprovou também parecer favorável à Mensagem nº 198/2001, que encaminha para exame do Congresso Nacional as contas do governo fe-

deral e do Ministério Público da União relativas ao exercício de 2000, que teve como relator o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Ambas as matérias ainda serão votadas pelo Plenário do Congresso, em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

Auditorias

Foi aprovado ainda parecer pela manutenção da vedação de obra fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em trechos rodoviários do corredor Araguaia-Tocantins, na BR-242/TO, na região de Peixe-Paraná.



Roosevelt Pinheiro

GRAVIDADE Teotônio adverte que seca em Alagoas é uma das piores enfrentadas pelo estado

Senadores vão a ministro pedir por flagelados

Sete integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) terão um encontro na terça-feira com o ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziانو, para se informar sobre as providências que o governo está tomando para ajudar os sertanejos de Alagoas que estão sofrendo com a seca.

A decisão foi tomada após o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) expor aos membros do colegiado a situação de penúria em que se encontram os sertanejos afetados pela seca, "já apontada como uma das piores da história de Alagoas". Ele entende que a gravidade do problema exige ações imediatas do governo em toda a região, entre elas a criação de frentes de trabalho e o cadastramento dos atingidos pelo programa Fome Zero.

Teotônio apresentou requerimento convidando o ministro Graziانو, mas o senador Flávio Arns (PT-PR) sugeriu a ida de membros da CAS ao ministério. Sérgio Cabral (PMDB-RJ) propôs que os integrantes da CAS e o ministro viajem até o sertão de Alagoas para verem a situação dos flagelados. Já Reginaldo Duarte (PSDB-CE) cobrou do governo ações imediatas para pôr fim ao sofrimento de milhares de alagoanos, como a criação de frentes de trabalho.

Demissões no Inca

A CAS e a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vão realizar audiência pública conjunta destinada a analisar os procedimentos administrativos que ocorreram no Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, que levaram à demissão voluntária de dirigentes e à falta de remédios.

Papaléo cobra certificado para plástico vegetal

Ao comunicar ao Plenário a descoberta de que a pasta da semente da mamona pode ser utilizada na recomposição de ossos humanos, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) dirigiu apelo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que agilize a emissão do certificado do produto, a fim de facilitar sua exportação em larga escala. A técnica foi desenvolvida pelo professor de Química da Universidade de São Paulo (USP), Gilberto Chierice.

Conhecida como polímero de mamona, a pasta é uma espécie de plástico vegetal de altíssima resistência que pode ser utilizada como matriz para a produção de próteses e cimento ósseo, explicou o parlamentar, que também é médico.

Além de ser mais leve, mais resistente, mais maleável, mais estável e mais barata do que as próteses convencionais de platina, a grande vantagem da prótese de polímero de mamona é a biocompatibilidade que elimina qualquer perigo de rejeição pelo organismo, explicou o parlamentar.

Segundo Papaléo, Gilberto Chierice já recebeu propostas para trabalhar em centros de pesquisas nas melhores universidades do mundo.



Roque de Sá

VANTAGENS Papaléo disse que a prótese com pasta oriunda da mamona supera a convencional



DISCUSSÃO Senadores Ramez Tebet e Paulo Octávio, entre os depoentes da audiência pública de ontem

Brigadeiro defende norma usada no transporte aéreo

Diretor do DAC argumenta em audiência pública que aviação civil não é apenas um "negócio"

As duas portarias editadas este ano pelo Comando da Aeronáutica para disciplinar a atuação das companhias aéreas comerciais foram defendidas pelo diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), major-brigadeiro-do-ar Washington Carlos de Campos Machado, e pelo presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar), Alfredo Maister, em audiência pública conjunta, ontem, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão Temporária de Turismo.

Machado explicou que a aviação civil não pode ser entendida como um simples negócio

e considerou "deselegantes" os comentários feitos pelo secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Tavares de Araújo, divulgados no jornal *Valor Econômico*, no último dia 2 de setembro, sobre as normas que regulamentam o setor.

A reportagem mostra as supostas divergências dentro do governo em relação à política de transporte aéreo comercial, considerada "intervencionista" pelos Ministérios da Fazenda e da Justiça, com "anuência" da Casa Civil. O Ministério da Fazenda vai propor a revogação das portarias na próxima reunião do Conselho de Aviação Civil (Conac), numa posição contrária à defendida pelo Ministério da Defesa, pelo Comando da Aeronáutica e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Ma-

chado explicou as dificuldades que o país enfrenta para seguir uma política semelhante à dos Estados Unidos, liberando totalmente o setor. Machado lembrou que os EUA gastaram nada menos do que US\$ 9,5 bilhões a fundo perdido para salvar as suas companhias aéreas e outros US\$ 6 bilhões na concessão de aval ao setor.

O diretor do DAC apresentou estimativas que apostam um crescimento de 8% do transporte aéreo de passageiros em 2004 e informou que o Ministério da Defesa estuda mecanismo que ofereça garantias às companhias aéreas para a aquisição de aeronaves da Embraer. Participaram dos debates os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Aelton Freitas (PL-MG), Mão Santa (PMDB-PI) e Paulo Octávio (PFL-DF).